

Inclusive Basic Education: The Transformative Contribution of the Neuropsychopedagogue

*Ginete Cavalcante Nunes¹
Elizabete Távora Francelino²*

Abstract: As time passes and with the significant increase in diagnoses of learning disorders, it becomes necessary to better understand the history of inclusive education in Brazil and the importance of such diagnoses in education in general. Discussing the need and importance of correct diagnosis helps to understand something more about the supply of available resources, with the aim of improving education and helping school-age children to deal with their specificities. It starts with the understanding that each individual has their own pace and way of learning. This production aimed to discuss and highlight the importance of working together to increasingly improve the reality of education, especially basic education. Offering quality teaching, highlighting the importance of the neuropsychopedagogue in its development, would be among the best proposals today. Public authorities need to be more attentive to support in the creation of educational spaces that seek assistance for students, with any difficulty, including neurodevelopmental disorders and intellectual or physical disabilities, recognizing that there is still a lot to create, in terms of improvements for quality education, which is also specialized and inclusive.

Keywords: Learning disorders, Autism Spectrum, Developmental Deficit, Inclusive education.

¹ Doutora em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte- UERN. Cursa Mestrado Profissional em Filosofia pelo IF Sertão PE- Instituto Federal de Educação do Sertão Pernambucano- IF Sertão PE. E-mail: ginetecavalcante@gmail.com ORCID: 0000-0001-6006-9702;

² Mestre em Ciência da Educação pela Universidade de Trás-os-Montes e Alta Douro- UTAD-Portugal. Especialização em Metodologia do Ensino de Matemática (Fa7). Possui Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual do Ceará; Psicopedagogia-Fac. Metropolitana. Graduanda Psicologia FIC. Professora da Rede Estadual de Ensino-SEDUC-CE. francelinotavora@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0003-4604-9291>.

Educação Básica Inclusiva: A Contribuição Transformadora do Neuropsicopedagogo

Resumo: Com o passar do tempo e com o aumento significativo de diagnósticos dos transtornos de aprendizagem, se faz necessário conhecer melhor a história da educação inclusiva no Brasil e, a importância de tais diagnósticos na educação, de uma forma geral. Discutir a necessidade e a importância do diagnóstico correto, ajuda a compreender algo mais sobre a oferta dos recursos disponíveis, com a finalidade de se melhorar a educação e, auxiliar crianças em idade escolar a lidarem com suas especificidades. Parte-se da compreensão de que, cada indivíduo tem seu ritmo e sua forma de aprender. Esta produção teve como objetivo discutir e ressaltar, a importância de um trabalho conjunto para melhorar cada vez mais a realidade da educação, sobretudo a básica. Oferecer um ensino de qualidade, ressaltando a importância do neuropsicopedagogo no desenvolvimento desta, estaria hoje entre as melhores propostas. O poder público precisa estar mais atento ao suporte na criação de espaços educativos que busquem o auxílio aos educandos, com qualquer dificuldade, incluindo-se os transtornos do neurodesenvolvimento e as deficiências intelectuais ou físicas, reconhecendo que ainda há muito o que se criar, em termos de melhorias para uma educação de qualidade, que seja também especializada e inclusiva.

Palavras-chave: Transtornos de aprendizagem, Espectro Autista, Déficit do Desenvolvimento, Educação inclusiva.

Introdução

A educação, ao longo do tempo tem vivenciado diversas transformações. Por não ser uma ciência exata é necessário sempre adaptar-se ao contexto vivido, para desenvolver atividades de ensino, adequadas a cada faixa etária.

O aumento de diagnósticos, tem dado ênfase a necessidade de se estabelecer parâmetros legais, pedagógicos e sociais, para a forma como direcionamos e ensinamos crianças e até mesmo adultos com desenvolvimento atípico. Fato é que os transtornos do neurodesenvolvimento sempre existiram, mas por muito tempo parecem negligenciados, ante a pouca visibilidade, e estando fora de debates sociais e acadêmicos. Há pouco mais de uma década atrás, muito pouco se tratava sobre o desenvolvimento atípico e, raros eram os profissionais, que se envolviam mais firmemente, em disseminar conhecimentos sobre o assunto, incluía-se entre estes, médicos, psicólogos, pedagogos e outros profissionais, que de

alguma maneira estariam envolvidos no processo de diagnóstico ou de terapias, com vistas a uma proposta de melhorar a qualidade de vida do paciente.

A educação básica no Brasil tem diversos desafios, e a educação inclusiva, sobretudo a pública, ainda é bem desafiante, não somente restringindo-se a forma de ensino, como também a quebra de preconceitos, a respeito do desenvolvimento atípico. Este por sinal, há muito tempo não é bem visto. Quando se trata de superdotações, entretanto se faz necessário discutir os benefícios de um tratamento precoce e, de propostas de formas de melhorar possíveis comorbidades, advindas dos transtornos de aprendizagem de formas positivas e negativas.

O presente trabalho busca comentar e discutir, de que forma a educação inclusiva avançou, o quanto o conhecimento dos transtornos do neurodesenvolvimento foi benéfico para toda a sociedade, bem como, reconhecer a importância da atuação do neuropsicopedagogo no diagnóstico precoce de tais transtornos, para que se possa sugerir recursos terapêuticos, o mais precocemente possível, a fim de diminuir eventuais lacunas no desenvolvimento, principalmente em pacientes em idade escolar.

Um pouco da História da Educação Brasileira

Ao longo do tempo a educação brasileira passou por diversas transformações, a mesma sempre foi influenciada pela sociedade, política e acontecimentos no mundo.

De acordo com Saviani (2005) a educação brasileira iniciou seu desenvolvimento ainda no Brasil colônia, onde a educação era feita por padres jesuítas, que pedagogicamente ensinavam, como também doutrinavam seus educandos. Desta forma a pedagogia católica se instalou no país, ou seja, o ensino tradicionalista, onde o aluno não era protagonista do seu conhecimento, mais, um receptor dos conteúdos de forma passiva, sendo os primeiros colégios jesuítas fundados com o apoio e investimento da coroa portuguesa de 1549 à 1759. Fora o ano da expulsão dos jesuítas, por sua grande influência econômica e política, além da autonomia que desde o princípio tiveram para organizar suas doutrinas. Havia um alto custo. O temor ao governo português que decidiu assim expulsá-los do território brasileiro, acabando assim com os colégios jesuítas.

Sendo assim, temos a primeira grande modificação da educação brasileira com influência social, pois a expulsão dos jesuítas ocorre para que sejam iniciadas as reformas

pombalinas. Como Saviani menciona: “A partir de 1759 começam a ser implantadas as “reformas pombalinas da instrução pública” que se contrapõem ao predomínio das idéias religiosas” (Saviani, 2005, p. 5). Nesta reforma, se incia a implementação do estado laico a fim de implantar uma metodologia onde os professores pudessem ministrar disciplinas avulsas tendo influência da pedagogia do humanismo racionalista. Tais professores eram pagos pela coroa portuguesa, mas, mesmo após a substituição dos jesuítas, a educação ainda tinha um viés de influência católica. O novo sistema de ensino implementado, também foi instruído por padres, com ideias pouco diferentes dos jesuítas. De início um ensino de fato laico não foi possível, pois que, a igreja exercia grande poder político e social, tendo influência e voz na tomada de decisões por parte do governo, e influenciando a sociedade. Como eram tempos em que a religiosidade era um grande guia, boa parte dos educadores e daqueles que organizavam as escolas, documentos e outras necessidades pedagógicas eram padres. A igreja católica continuou a exercer influência sobre os acontecimentos sociais, que, por sua vez, influenciaram modificações no método educacional.

Sendo assim a educação brasileira sempre teve influência tradicionalista. Essa estratégia foi sendo modificada ao longo do tempo, sendo as concepções pedagógicas religiosas utilizadas até 1932, onde o movimento da Escola Nova ganha força política. Além disso, enaltecia seu viés pedagógico. Para que o aluno fosse visto além da doutrinação catolicista, modificações foram amplamente discutidas ,e por diversas vezes, opostas para a implementação de uma educação adequada, trazendo consigo um movimento importantíssimo para a evolução educacional do país, que abriu portas a diversos debates quanto a educação brasileira.

Entretanto Saviani (2005) sugeriu que um dos perigos acerca da pedagogia é o modernismo agnóstico, onde se busca o ensino perfeito que deve ser considerado por diversos pontos. Entre eles, a realidade pedagógica, o método pedagógico e o ideal pedagógico. Todos associados, mesmo que em momentos completamente distintos, pois cada um destes aspectos traz consigo suas diferenças. Isso porque se buscava uma educação que atendesse a família, ao estado e a igreja, que por muitas vezes entravam em conflito, não abrangendo a sociedade como um todo.

Saviani (2005, p. 8) relata que,

“Para Alceu de Amoroso Lima, sendo a pedagogia a formação do homem, quer dizer, preparação para a vida e considerando que para se preparar é preciso saber para quê, é necessário, na pedagogia, que haja previamente

uma finalidade, um objetivo, um ideal a atingir. Daí que, para ele, o problema da pedagogia no Brasil é a ausência completa de um ideal educativo.”

Sendo assim a marca desta ausência de um ideal educativo, se vê na dificuldade em se estabelecer um método de ensino verdadeiramente eficaz a todos. Incluindo o conhecimento de suas realidades e dificuldades, para que assim fosse possível estabelecer parâmetros educacionais em conformidade com as características do aluno. O que também incluiria suas dificuldades.

O que podemos ver ao longo do tempo, no desenvolvimento da educação no Brasil é o quanto a mesma foi influenciada pelo momento social. Sendo assim, por diversas vezes, o seu desenvolvimento prejudicado ante os retrocessos e avanços, onde fora visível as alterações sofridas, em conformidade com os diversos momentos políticos e sociais em que o país se encontrasse.

Sendo assim a educação inclusiva também sofreu grande influência política, religiosa e social para que pudesse ser implementada no Brasil. Foi necessária uma grande luta, para que a mesma fosse reestabelecida, nos moldes voltados a uma educação mais livre da religiosidade e da política partidária.

Segundo Miranda (2019) a educação inclusiva no Brasil passou a ser vista com maior evidência nos anos 90, por meio da luta por direitos básicos. A inclusão de fato, no contexto escolar, para pessoas com deficiência e com transtornos de aprendizagem, não existia na legislação brasileira. A mesma não abrangia os direitos relacionados a pessoas com qualquer tipo de desenvolvimento atípico, fosse físico ou neurológico.

Miranda (2009) afirma que o desenvolvimento de uma política pública para a inclusão de pessoas com necessidades especiais, apenas surgiu entre o fim do século XIX e início do século XX. Antes, a educação inclusiva era negligenciada. Pessoas com qualquer tipo de especificidade, fora do que era considerado como normal, eram encaminhadas para os manicômios ou viviam como incapazes. Tudo isso por conta do tradicionalismo, não somente escolar, como também um tradicionalismo social, que temia os diferentes. Como afirma Miranda (2019), a sociedade passou a ver as pessoas com deficiência, como seres humanos, com direitos básicos a serem atendidos pela sociedade e, que necessitariam de maior e mais adequado acesso a educação e a saúde, de forma igualitária, com respeito a suas especificidades.

Somente no século XXI, as pessoas com deficiência foram inseridas no contexto escolar, adquirindo direitos básicos para seu desenvolvimento. O conceito de inclusão passou a ser discutido pelo estado. De fato, houve uma preocupação social, ao se referir as pessoas com algum tipo de deficiência, quando da implementação de leis, que impuseram a obrigatoriedade do desenvolvimento de políticas públicas que abragem as pessoas com qualquer tipo de desenvolvimento atípico.

Miranda (2009) afirma que apenas no início dos anos 2000, os direitos à educação inclusiva foram de fato tornados leis e diretrizes educacionais, abrangendo todo o território brasileiro obrigatoriedade de se oferecer uma educação de qualidade. De forma a se atender as necessidades particulares de todos os alunos independentemente de suas limitações. Os poderes públicos passaram a comprometerem-se efetivamente com a realização daquilo que as leis determinavam. O que inicialmente não foi cumprido de maneira efetiva. Segundo Miranda (2009 p. 15), o estado implementou as leis, mas pouco fez em ações para que a educação inclusiva pudesse de fato atender aos seus usuários com necessidades especiais. Os estados, mesmo tendo estabelecido parâmetros para desenvolver métodos de ensino individuais, não levava em conta as necessidades de cada aluno, para mediar sua aprendizagem.

Portanto podemos afirmar que o governo implementou leis, que traziam diretrizes a serem seguidas para a inclusão, mas pouco foi oferecido de forma efetiva, para que estes direitos fossem atendidos na prática, respeitando-se as individualidades. Era preciso levar-se em conta a realidade dos educandos, cuja sociedade tanto lutou para que seus direitos fossem de fato, garantidos mediante a lei.

Com o crescimento de tamanha demanda formal na educação inclusiva, os profissionais que atuavam, sobretudo na educação básica, necessitaram adaptar suas práticas a nova realidade em que viviam. O que anteriormente era pouco falado e difundido. Pletsch afirmou que havia uma grande discrepância na formação dos professores e, visto que, a realidade que os mesmos encarariam dentro das escolas seria bastante desafiadora. Era necessária uma formação que atendesse tais necessidades, ante a realidade na forma como se encontrava. A atuação dos futuros profissionais encontrava-se em risco. Dessa forma surge, conforme Pletsch (2009 p. 34) a *Proposta de Diretrizes para a Formação de Professores da Educação Básica em Cursos de Nível Superior* (MEC, 2000). Essas Diretrizes trouxeram novos parâmetros e requisitos necessários para a formação dos educadores brasileiros. Entretanto, muitos estudos apontaram algumas divergências existentes na proposta,

retornando a mesma, a mesa de negociação , agora para se discutir algo mais acerca de uma melhoria da formação dos educadores.

Estes acontecimentos foram essenciais para a formulação da BNCC (2017), onde se pode direcionar, mais especificamente, a educação inclusiva no país. Este documento abrangeu, de acordo com Moreira et al (2019), educandos com deficiências, transtornos de aprendizagem e altas habilidades. Na construção deste documento - que é válido para todo o território nacional - não houve a contribuição de nenhum movimento ligado a estes educandos que ocasionou diversas incompatibilidades com as legislações que regem a inclusão da pessoa com deficiên quanto a adaptação do currículo. Entretanto se afirmou a necessidade do Atendimento Educacional Especializado, dentro do contexto escolar, em salas específicas para o desenvolvimento de atividades que, auxiliassem o aluno a acompanhar o currículo comum. Tal estratégia, reafirmou os compromissos outrora estabelecidos, principalmente pela Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (lei nº 13.146/2015).

Desta forma, quando estabelecida, a necessidade de adaptação de currículo, implementação de metodologias inclusivas e, nos desenvolvimentos de atividades de inclusão do neuropsicopedagogo, foi de grande importância no desenvolvimento da aprendizagem do educando.

A Neuropsicopedagogia é uma área que integra saberes da Neurologia, Psicopedagogia, Psicologia, Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional, sendo portanto, uma área interdisciplinar, que busca compreender os processos relacionados a cognição, ao comportamento e à linguagem. (Sampaio; Mering, 2016, P.16)

Os autores afirmam a importância do neuropsicopedagogo no campo da educação inclusiva, embora seu trabalho tende a ir além da inclusão propriamente dita. Tem ênfase na compreensão do funcionamento cerebral, para encontrar meios de dinamizar a aprendizagem mais individualizada. Isso abrange diversas áreas para seu desenvolvimento completo. Dessa forma, auxilia com maior eficácia, o processo de desenvolvimento do aluno em demanda de inclusão, necessitando para isso, de uma educação mais especializada. Assim, o processo do educando e seu modo de aprendizagem avança com as atividades adaptadas, de acordo com as limitações e habilidades individuais dos alunos, de forma que toda a sua vida seja melhorada.

Pinheiro (2019) afirma a abrangência legal do papel do psicopedagogo e do neuropsicopedagogo na construção da educação especial. Para o cumprimento de tais propósitos, estes profissionais necessitam de algum aparato técnico, além da capacitação continuada, como recursos pedagógicos adequados a cada realidade individual, interação com o corpo docente, família dos educandos e, com os alunos de uma maneira geral, para que esses profissionais possam cumprir seu principal papel dentro do contexto escolar. É imprescindível o estabelecimento de estratégias individualizadas, que auxiliem o aluno no seu processo de ensino-aprendizagem. Daí, a observação e análise do seu desenvolvimento, são elementos bastante relevantes.

O neuropsicopedagogo pode atuar como professor do AEE, mediador do setor de inclusão, além de outras atividades ligadas a educação especial no contexto escolar. Nos moldes atuais, isso representa uma sobrecarga gerque aumentam os alunos diagnosticados com transtornos de aprendizagem.

Costa (2023) afirma que a neuropsicopedagogia, consiste na junção de conhecimentos a respeito da neurociência, da pedagogia e da psicologia. Esses elementos tornam o neuropsicopedagogo, um ator essencial no desenvolvimento de atividades inclusivas. O mesmo pode relacionar o funcionamento cerebral às dificuldades de aprendizagem, conectando as especificidades para cada transtorno do neurodesenvolvimento, utilizando suas habilidades e conhecimentos no desenvolvimento de atividades específicas, que possam auxiliar o processo de ensino aprendizagem do aluno. Suas intervenções devem ser capazes de melhorar a aprendizagem, bem como auxiliar o aluno no desenvolvimento das habilidades requeridas para cada série escolar. O alun as tarefas são acessíveis e facilitadoras da sua compreensão, de forma a minimizar os prejuízos de seus transtornos específicos.

Contudo, podemos afirmar que o desenvolvimento das atividades inclusivas é possível à partir da percepção dos transtornos de aprendizagem de forma precoce. Tal situação, tende a aumentar a possibilidade de uma intervenção mais rápida, facilitando a operacionalidade das ações do neuropsicopedagogo. Neste caso, a preparação de um plano de ação mais condizente ao que o aluno necessitaria.

Dentro do ambiente escolar, como afirma Couto et al (2019), professores conseguem perceber sinais de algum transtorno do desenvolvimento em seus alunos, sendo os professores importantes no apoio ao diagnóstico precoce. Perceber comportamentos e já fazer o encaminhamento adequado, bem como orientar as famílias, podem ser ações

significativas que definirão um maior avanço ou a permanência no atraso relativamente ao desenvolvimento. Educadores, ao longo de sua profissão, tendem a adquirir cada vez mais informações, vivências e um olhar apurado, que se torna de grande valor na observação de transtornos de aprendizagem e do desenvolvimento. Desta forma envolver toda a equipe escolar, nas discussões sobre o desenvolvimento das atividades de ensino, com a inserção do neuropsicopedagogo, tende a aumentar os índices de êxito, na percepção dos transtornos como o TEA e o TDAH, sendo necessário também o investimento em capacitações, cursos específicos, pós-graduações, além de outras formas de maior aprendizado sobre os transtornos do desenvolvimento e de aprendizagem. São ações imprescindíveis, para que o educador possa observar com maior embasamento, sinais em seus alunos e, dessa forma, dar imediato seguimento ao protocolo da escola sobre o assunto. O atendimento às necessidades da criança precisa iniciar-se imediatamente ao diagnóstico. Neste sentido, a escola precisa ser para o aluno e para a família, um ambiente de confiança, onde todos busquem pelo desenvolvimento do educando.

Couto et al (2009) reforçam que a escola é um ambiente de crescimento, onde os primeiros sinais podem ser percebidos pelos educadores em contato com as crianças, o que pode justificar a importância e a necessidade de psicopedagogos e neuropsicopedagogos no ambiente educacional. Um lugar propício a investigação e ao direcionamento de crianças com o desenvolvimento atípico, sobretudo em casos de TEA, onde deve-se proporcionar ao educador, o necessário conhecimento, com a situação, de maneira eficiente, bem como fazer os encaminhamentos devidos da forma mais imediata possível.

Pereira & Grave (2012) afirmam que dentro da história da educação inclusiva, podemos perceber que, desde os primórdios, as escolas não conseguiam se adequar corretamente para desenvolver as atividades que contemplassem, de forma mais adequada, os alunos especiais. Para isso, modificações e adaptações foram necessárias, mas nem sempre eficazes.

Segundo Pereira & Grave (2012) a estimulação precoce de crianças com algum tipo de deficiência, se faz necessária, sobretudo no desenvolvimento da educação inclusiva, sendo a estimulação precoce, realizada por um profissional prepar em termos de conhecimentos e habilidades. No caso, um neuropsicopedagogo, possuiria os requisitos necessários, já que a sua própria formação, já prevê o desenvolvimento de estímulos cognitivos, no caso de transtornos de aprendizagens, e atividades em conjunto com toda a equipe escolar, bem como com as famílias dos alunos com tais necessidades.

Como defende Loureiro (2023) a educação inclusiva tem muitos desafios. Desde a sua implementação legal, quanto os desafios na prática da mesma, sendo necessário um olhar responsável, a fim de evitar-se o encaminhamento errôneo de alunos, a clínicas e atendimentos específicos extraescolares. Daí, a importância de um olhar profissional atento, que possa fazer tais encaminhamentos da forma mais assertiva possível. Tal atitude evitaria que alguns alunos fossem rotulados com tais transtornos de maneira errada, evitando-se uma série de constrangimentos para o aluno, a família e a escola.

Desta forma Loureiro (2023) aponta o desenvolvimento das neurociências para o campo da educação, aqui citada como neuropsicopedagogia, onde se compreende os aspectos neurais do educando, ciência que deve ser utilizada com prudência, reconhecendo as dificuldades de cada sujeito, devendo haver o cuidado de se buscar bases sólidas para um trabalho responsável, que não venha a ser prejudicial. As neurociências são ferramentas essenciais em pesquisas recentes sobre educação. Demonstram que o conhecimento da relação entre o cérebro e aprendizagem são de grande valor para o desenvolvimento científico da educação, sobretudo a inclusiva.

Podemos afirmar, então, que os professores, principalmente da educação básica, são os mais indicados em se perceber, inicialmente, a dificuldade na aprendizagem em seus alunos, mesmo que não tenham cursos de especialização, tem certa facilidade na identificação de sinais de transtornos. Dessa forma, podem ser muito úteis no auxílio inicial, fazendo imediato encaminhamento destes alunos para um atendimento especial, individualizado. Segue-se um diagnóstico e a inserção das crianças em um programa especializado para seu caso. Quanto mais precoce tal detecção, melhor o prognóstico de êxito para seu desenvolvimento.

Fato é que a educação especial brasileira ainda precisa de muitos investimentos, estudos e atenção por parte do governo, para que se possa desenvolver uma educação especial de fato inclusiva. Respeitando os direitos das pessoas com desenvolvimentos atípicos. Como afirma Martins (2014), a educação especial surgiu, para que não houvesse mais segregação de alunos com algum tipo de deficiência no contexto escolar.

A luta inicial pelos direitos à educação especial sem segregação, foi essencial para que se pudesse ser criada a legislação e suas diversas atualizações. Isso auxiliou a importância do neuropsicopedagogo, fazendo parte do corpo docente, a fim de se oferecer uma educação especial de qualidade, com cada vez maior embasamento científico,

respeitando-se o sujeito e suas necessidades, sendo necessário que no presente, não se esqueça o quão dificultoso foi estabelecer a mesma.

Considerações Finais

De acordo com os estudos aqui citados, podemos concluir que, o estado brasileiro buscou desenvolver normativas em prol da educação especial, como um marco dos direitos humanos, considerando as dificuldades de todos, inclusive as pessoas com deficiência, o que também traz uma história de lutas para que o avanço das leis da educação especial e inclusiva, pudessem avançar, já que culturalmente o Brasil é um país onde as questões políticas e sociais interferem no desenvolvimento destas normativas.

Fato é que, após o estabelecimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/96 tornou-se necessário a tomada de outras providências, o que foi atualizado logo em seguida pela LBI de 2015, tornando legítima toda a luta pela educação inclusiva, tendo o professor como protagonista no auxílio a famílias ávidas por um diagnóstico, que sendo precoce, pode auxiliar a criança a desenvolver suas habilidades da melhor forma possível. As condições de desenvolvimento, nestes casos, são mais eficazes na consolidação de habilidades, dentro dos parâmetros esperados para o seu desenvolvimento.

Cabe destacar que, os professores, sobretudo os da educação básica, estão sempre em busca de especializações, sendo a neuropsicopedagogia juntamente com a psicopedagogia, alguns dos cursos mais buscados. Talvez pela sua amplitude de novos conhecimentos, auxiliando assim uma mais aguçada percepção de sinais, em alunos com algum tipo de transtorno do desenvolvimento. Essa estratégia é muito importante, pois auxilia no encaminhamento de alunos em idade escolar, principalmente na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. Os profissionais especializados juntamente multidisciplinares com a família, escola e terapeutas, integram-se na tarefa de assegurar o desenvolvimento integral do aluno.

Concluiu-se pois, pela importância da luta relativamente a uma maior assistência em termos de políticas públicas para a educação especial, e pela educação inclusiva, bem como por capacitações mais efetivas em neuropsicopedagogia, pela relevância do seu trabalho. O poder público precisa estar mais atento ao suporte na criação de espaços educativos que busquem o auxílio aos educandos, com qualquer dificuldade, incluindo-se os transtornos do

neurodesenvolvimento e as deficiências intelectuais ou físicas, reconhecendo que ainda há muito o que se criar, em termos de melhorias para uma educação de qualidade, que seja também especializada e inclusiva.

Referências

BRASIL. Ministério de Educação e Cultura. **LDB - Lei nº 9394/96**, de 20 de dezembro de 1996.

CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e desigualdade na educação brasileira. **Educação & Sociedade**, v. 30, p. 673-697, 2009.

COSTA, Antonia Erica Rodrigues. **A intervenção neuropsicopedagógica nas dificuldades de aprendizagem na educação básica**. Editora Realize. 2023.

COUTO CC, FURTADO MC DE C, ZILLY A, SILVA MAI. Experiências de professores com o autismo: impacto no diagnóstico precoce e na inclusão escolar. **Rev. Eletr. Enferm.** [Internet]. 31º de dezembro de 2019 [citado 15º de janeiro de 2024];21:55954. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/fen/article/view/55954>

FERREIRA, Gesilaine Mucio; DA SILVA MOREIRA, Jani Alves; VOLSI, Maria Eunice França. Políticas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva no Brasil: Em discussão a Base Nacional Comum Curricular (BNCC). **Revista Inclusiones**, p. 10-34, 2020.

LOUREIRO, Vitor da Silva et al. **Percepções de docentes da educação básica sobre dificuldades de aprendizagem: aportes da neuropsicopedagogia**. 2023.

MARTINS, Sandra Eli Sartoreto de Oliveira; LEITE, Lucía Pereira. As contribuições da Educação Especial para promoção da educação inclusiva nas normativas brasileiras. **Psicología, Conocimiento y Sociedad**, 4 (2), 189-210, 2014.

METRING, Roberte; SAMPAIO, Simaia. **Neuropsicopedagogia e aprendizagem**. Wak, 2020.

MIRANDA, Fabiana Darc. Aspectos históricos da educação inclusiva no Brasil. **Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva**, v. 2, n. 3, p. 11-23, 2019.

NA, NEUROPSICOPEDAGOGIA E. A. EDUCAÇÃO ESCOLAR. Capítulo 05 A neuropsicopedagogia e a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva: elos e paralelos. **O diálogo entre a Psicopedagogia e os Desafios da Aprendizagem**, p. 95.

PEREIRA, L. C., & GRAVE, M. Q. (2012). **Encaminhamento de crianças com necessidades educacionais especiais em idade de estimulação precoce a escolas de Educação Infantil de um município de médio porte do Vale dos Sinos**. *Revista Educação Especial*, 25(42), 101–113. <https://doi.org/10.5902/1984686X2820>

PINHEIRO, Moisaníel Oliveira. Capítulo 05: A neuropsicopedagogia e a educação escolar na perspectiva da educação inclusiva: elos e paralelos. **O diálogo entre a Psicopedagogia e os Desafios da Aprendizagem**, p. 95 a 114 Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

PLETSCH, Márcia Denise. A formação de professores para a educação inclusiva: legislação, diretrizes políticas e resultados de pesquisas. **Educar em Revista**, p. 143-156, 2009.

SAVIANI, Dermeval. **As concepções pedagógicas na história da educação brasileira**. Texto elaborado no âmbito do projeto de pesquisa “O espaço acadêmico da pedagogia no Brasil”, financiado pelo CNPq, para o “projeto”, v. 20, p. 21-27, 2005.



Received on March 16, 2025

Accepted on May 02, 2025

Published on June 30, 2025